

Coluna do Castello

Segunda etapa da Constituição

Esta semana começará a emergir a espinha dorsal da nova Constituição, com a entrega dos pareceres dos relatores das oito comissões temáticas que consolidam e, na maioria das vezes, tentam harmonizar os pareceres votados pelas 24 subcomissões. A esses primeiros grupos de trabalho coube a tarefa de levantar tendências e aspirações, e o debate e opções dos pareceres revelaram pouco do que há de comum e muito do que há de contraditório entre os programas constitucionais dos diversos grupos que compõem a Assembléia Constituinte.



Aos srs. Severo Gomes, José Serra, Egídio Ferreira Lima e Almir Gabriel coube possivelmente a tarefa mais difícil de compatibilizar tendências em capítulos fundamentais para desenhar o espírito da nova Carta. Nota-se de um modo geral esforço conciliatório inspirado pela compreensão de que cada um deve procurar introduzir na Carta o princípio possível, não o princípio que erigem em ideal. É claro que muita coisa apolêmica restará nos pareceres que começarão a ser entregues na segunda-feira, mas já dá para perceber que não haverá modificações profundas, mas apenas sistemáticas e renovadoras, nos capítulos da Ordem Econômica, do Sistema Tributário, da Organização do Estado e da Ordem Social.

Muitos sonhos vão submergir nas discussões internas das oito comissões, assim como alguns deles abriram espaço nas 24 subcomissões. O senador Severo Gomes talvez consiga algum êxito na definição da empresa nacional, caracterizada principalmente pela localização no país da sua fonte de decisões, na preservação do monopólio do petróleo na forma atual, na generalização do conceito de propriedade para fins de reforma agrária, mas terá dificuldades em nacionalizar as reservas minerais do país, a não ser que inclua apenas os de natureza estratégica.

O deputado José Serra propõe um código tributário e transfere muitas questões para a legislação ordinária. Ele concede ao deputado Fernando Gasparian a extinção de cartas patentes para abertura de agências bancárias, mas deverá sugerir condicionamentos para evitar a descaracterização do mercado financeiro com a invasão de empresas aventureiras. Faz algumas concessões ao Nordeste, não ao ponto de desarmar a mobilização da região, que pretende inscrever na Carta corretivos que desloquem recursos de investimento do Centro-Sul para o Nordeste. A bancada nordestina apresenta sintomas inequívocos de pré-rebelião, e o que lá se diz faz lembrar a canção de Elba Ramalho na qual se descreve o paraíso do "Nordeste independente".

O sr. Egídio Ferreira Lima parece que terá, pelo menos nesta fase, enquanto o sr. Ulysses Guimarães evita reunir a convenção do PMDB, que engolir o mandato de cinco anos, mas não se conhece ainda sua opção entre as diversas deformações que se pretende introduzir na Carta a pretexto de dar-lhe a característica de uma Carta parlamentarista. O deputado Victor Faccioni, em numerosas emendas, tenta restabelecer o verdadeiro conceito desse sistema para a hipótese de que se deseja adotá-lo.

Na Ordem Social, o senador Almir Gabriel está às voltas com duas questões que dificilmente unirão sua própria comissão, a das 40 horas de trabalho e a da estabilidade automática. Esta última, conforme advertências, pode gerar o mercado clandestino de trabalho, com grave dano para a política trabalhista do país.

O confronto nessa e nas demais quatro comissões temáticas dará, como dissemos, sintomas mais verossímeis do que será a futura Constituição, mas o delineamento mais confiável deve ser esperado para a terceira etapa, a da Comissão de Sistematização, que elaborará, por intermédio do sr. Bernardo Cabral e dos sub-relatores, um projeto para o debate final, que deverá mobilizar em todos os graus possíveis as derradeiras e mais dramáticas pressões sobre os que preparam um documento decisivo para esboçar o futuro da nação brasileira.

O tamanho do Distrito Federal

Atendendo ao pedido de colaboração do presidente da Constituinte, o governador José Aparecido encaminhará amanhã ao deputado Ulysses Guimarães trabalho elaborado pelo procurador-geral do Distrito Federal e aprovado em congresso nacional de procuradores, referente à definição da área territorial do Distrito Federal. Eis as conclusões:

☒ a) a área do "quadrilátero" ainda não incorporada ao Distrito Federal não integra o território de qualquer Estado. Aquela área, embora sob competência estadual, é território federativo, destinado a ser incorporado ao Distrito Federal; b) em tal circunstância, mostra-se dispensável qualquer novo preceito constitucional, no sentido de ampliar as fronteiras do DF; c) para que se cumpra a afetação, dando-se ao território federativo o destino a ele reservado, é necessária a edição da lei ordinária estendendo às fronteiras do Quadrilátero a competência do Distrito Federal.

Atualmente, apenas um terço do quadrilátero Cruis integra Brasília, agora às voltas com problemas de abastecimento d'água e proteção das nascentes que suscitam a reivindicação da ocupação de toda a área.

A homenagem a Lacerda

A Câmara dos Deputados homenageará amanhã, em sessão solene, pelo décimo aniversário da sua morte, Carlos Lacerda. A viúva, dona Leticia, a filha Cristina e o filho Sebastião serão hóspedes do governador Aparecido

Carlos Castello Branco